



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS

VANESSA PARENTE RAMOS

CONDIÇÃO DOCENTE E ADOECIMENTO: pela não
interdição do debate

ABAETETUBA-PA

2023

VANESSA PARENTE RAMOS

CONDIÇÃO DOCENTE E ADOECIMENTO: Pela não
interdição do debate

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais, como requisito final, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mariza Felipe Assunção.

ABAETETUBA-PA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R175c Ramos, Vanessa Parente.
Condição docente e adoecimento: pela não interdição do debate
/ Vanessa Parente Ramos. — 2023.
IV, 15 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Mariza Felipe Assunção
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de
Pedagogia, Abaetetuba, 2023.

1. Trabalho docente. 2. Condição docente. 3. Adoecimento
docente. I. Título.

CDD 300

VANESSA PARENTE RAMOS

CONDIÇÃO DOCENTE E ADOECIMENTO: Pela não
interdição do debate

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Sociais, como requisito final, para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mariza Felipe Assunção.

Data da aprovação ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Mariza Felipe Assunção

FAECS/UFPA

Orientadora

Prof. Sérgio Bandeira do Nascimento

FAECS/UFPA

CONDIÇÃO DOCENTE E ADOECIMENTO: PELA NÃO INTERDIÇÃO DO DEBATE

Vanessa Parente Ramos

RESUMO

O presente texto discorre sobre aspectos do Trabalho Docente a partir de dois conceitos: condição e o adoecimento docente, em uma escola do município de Abaetetuba-PA. Tem por objetivo analisar a condição docente dos sujeitos em estudo, singularidade do adoecimento e como ocorre a assistência a saúde dos profissionais da Rede Municipal de Educação sob a ótica de duas docentes. O referencial teórico se apoia em Oliveira (2010) para discutir a profissão docente, Izabel Reis (2012) para compreender o adoecimento docente e Assunção e Oliveira (2009) para tratar da intensificação, saúde e condição docente. A metodologia empregada foi de base qualitativa de natureza exploratória, com pesquisa bibliográfica e de campo, tendo por instrumento entrevista semiestruturada realizada com duas docentes. A partir da análise empreendida foi possível constatar que o adoecimento docente das entrevistadas não é fruto das atividades da profissão, todavia o agravamento da doença está relacionada com a condição docente, considerando que a escolha de função para readaptação no ambiente de trabalho é efetivado de forma aleatória e não considera as particularidades de cada doença. Além do mais, a Secretaria de Educação não dispõe de núcleo específico para assistir os profissionais em adoecimento, sendo tal tarefa realizada pelo setor de Recursos Humanos do referido órgão, além de não fornecer plano de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Adoecimento Docente. Condição Docente. Trabalho Docente.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir aspectos do trabalho docente: condição e adoecimento docente, tem por objetivo analisar a condição docente dos sujeitos da pesquisa, identificado as particularidades do adoecimento, bem como as formas de assistência a saúde dos profissionais de educação da Rede Municipal de Abaetetuba baseado nos relatos de duas docentes vinculadas a Secretaria de Educação, com vasto conhecimento a respeito dos processos concernentes a temática.

Considerando a reforma administrativa estatal introduzida nos anos de 1990 no Brasil, o docente foi expropriado de ser protagonista durante o processo de produção do conhecimento, perdeu sua autonomia, sua jornada de trabalho foi intensificada, está

sujeito aos instrumentos avaliativos que mostram em números seu desempenho em relação a seu ofício, ou seja, se tornou apenas um proletariado (SILVA, 2018).

Reis (p. 50, 2014) aponta que “as transformações ocorridas com a reestruturação produtiva, marcada pela flexibilização do trabalho, trouxe consequências impares para a classe trabalhadora de maneira geral” e seguindo essa tendência o campo educação ocorreu da mesma forma. Além do mais, a precarização surge com força através da “perda de prestígio profissional e as condições de trabalho”(REIS, p. 57, 2014) e a intensificação compreendida como “condição pela qual requer-se mais esforço físico, intelectual ou emocional de quem trabalha com o objetivo de produzir mais resultados, consideradas constantes a jornada, a força de trabalho empregada e as condições materiais” (DAL ROSSO, p. 42, 2008).

Reis (p. 127, 2014) em sua tese de doutorado reflete que o professor do Ensino Fundamental “assume responsabilidades que extrapolam a docência”. Esse problema está no cerne das condições de trabalho que podem contribuir para a ausência de saúde dos profissionais e os fatores podem extrapolar as condições “estruturais, mas envolvem também os alunos, a forma como precisa lidar com eles, a participação da família, entre outros” (REIS, p. 127, 2014).

Assim como em outras áreas do trabalho, no campo educacional também pode ocorrer adoecimento dos profissionais decorrentes da atividade laboral diárias por vários fatores, dentre eles a condição, ou mesmo pode agravar uma doença pré-existente, como poderá ser visto ao longo desta investigação.

A inquietação em pesquisar a relação entre adoecimento e condição docente nasce da necessidade em conhecer os caminhos percorridos para readaptação desse profissional depois de período de afastamento das atividades com limitações ocasionadas por doença, enquanto não for possível desenvolver as mesmas funções que antes, sendo realocado em outros setores da escola ou da secretaria de educação, além de esclarecer se há órgãos responsáveis ou departamento específico para tal finalidade no referido município.

A presente pesquisa possui três motivações principais: a primeira, diz respeito ao interesse em empreender estudos na linha de pesquisa sobre Trabalho Docente, em que o envolvimento é decorrente da participação no **Laboratório de Avaliação, Sistema, Trabalho e Regulação Docente-LASTRO**, vínculo construído com o Grupo de Estudo

sobre Trabalho e Organização Docente-GESTO e pelo período como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação científica- PIBIC alinhado a mesma área de estudo.

A segunda é decorrente da anterior, pois durante a participação em um Atelier do LASTRO sobre Adoecimento Docente realizado em 2021 ministrado pela Prof.^a Dr.^a Izabel Reis/UFPA, foi explicitado os dados sobre o adoecimento docente na Rede Municipal de Belém, evidenciando os índices elevados de adoecimento do trabalhador docente nos últimos anos, ficando atrás somente de profissionais de segurança pública que diariamente convivem com a violência e criminalidade, com destaque para doenças psicossomáticas decorrentes da intensificação do trabalho e da precarização da profissão docente (REIS, 2014).

A terceira razão é justificada pela contribuição acadêmica, no sentido de expandir e publicizar o conhecimento da realidade docente no município, bem como o entendimento dos fatores que contribuem para o adoecimento dos docentes, como ocorre o atendimento aos docentes em processo de adoecimento da Rede Pública de Ensino e a condição docente as quais estão sujeitos.

Nesse sentido, a pesquisa ocorreu em uma instituição municipal de Abaetetuba para entender o adoecimento e condição docente a partir da perspectiva de duas professoras, de modo exploratório dentro de uma abordagem qualitativa, pois segundo Ludke e André (1986, p. 11) “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como principal instrumento”. Foi utilizada também pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo tendo por técnica coleta de dados entrevista semiestruturada com os sujeitos acima citado.

O presente trabalho está organizado em quatro partes, sendo a primeira uma breve contextualização histórica do trabalho docente e aspectos determinantes para a mudança na organização do trabalho no território brasileiro que afetaram de forma significativa a atual conjuntura do trabalho docente; a segunda seção será abordado a características envolvidas ao trabalho docente e o processo histórico como elemento da profissionalização do magistério; a terceira é a relação de adoecimento e condição docente em que é distinguido aspectos de tais áreas; e a quarta parte é composto dos resultados da pesquisa e discussões.

BREVE HISTÓRICO SOBRE TRABALHO DOCENTE

Paolo Nosella (2002), no capítulo **Trabalho e Educação**, do livro **Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalho Historicamente**, afirma que os trabalhadores da idade clássica ou da idade média estavam atrelados ao trabalho manual, trabalho com a terra, uma das mais importantes fontes de subsistência na época, do mesmo modo estava associado ao serviço penoso, sem perspectiva, sem progresso. A educação acompanhava igualmente esse processo tendo por característica a repressão com vistas ao controle do trabalhador para se contentar com o seu “destino”.

Para Nosella (2002) o Renascimento, a partir do século XV e XVI, trouxe a esperança de diminuir o trabalho penoso e enfadonho, pois nesse momento as máquinas iriam estar presentes nas fábricas e os trabalhadores finalmente poderiam ser cidadãos de direitos e políticos, passando ser força de trabalho comerciável em troca de um salário. Mais uma vez a educação acompanha fielmente as novas exigências do trabalho, terá a responsabilidade de aprimorar conhecimentos associados ao cotidiano laboral da fábrica, com competências específicas para o desenvolvimento das tarefas (NOSELLA, 2002).

Contudo, sob a afirmação de Nosella (2002), no século XVIII os trabalhadores se deram conta que a nova forma de organização do trabalho com a inserção das máquinas não era vantajoso como imaginavam inicialmente, pois suas jornadas de trabalho continuavam longas para obter mais lucro para o dono do capital, foi nesse momento que os trabalhadores começaram a se unir para enfrentar o novo cenário através dos sindicatos. Já no século XIX e XX, a nova forma de ver o trabalho foi o casamento entre teoria e prática e a educação buscou desassociar a força de trabalho da concepção de mercadoria que anteriormente havia ganhado (NOSELLA, 2002).

A administração científica trouxe para o trabalhador a desapropriação do trabalho, perda de autonomia e alienação na produção, perda do saber, degradação do trabalho e proletarianização que põe em risco a identidade do magistério, assim como é requerido do docente a polivalência e flexibilização, onde o professor é assistente social, psicólogo, entre outras exigências (OLIVEIRA, 2010).

O CONCEITO DE TRABALHO E TRABALHO DOCENTE

Antes de prosseguir com a discussão se faz necessário definir o conceito de trabalho, tendo em mente a definição de Frigotto (2010) para o **dicionário e verbetes do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (Gestrado/UFMG)**, em que fala do trabalho humano em duas dimensões, como explanado abaixo.

Essas diferentes dimensões circunscrevem o trabalho humano na esfera da necessidade e da liberdade, sendo ambas inseparáveis. A primeira diz respeito a um quanto de dispêndio de tempo e de energia física e mental do ser humano, mediado por seu poder inventivo de novas técnicas e saltos qualitativos tecnológicos, para responder às necessidades vitais num determinado tempo histórico. A segunda é definida pelo trabalho na sua dimensão de possibilidade de dilatar as capacidades e qualidades mais especificamente humanas com o fim em si mesmas. Tempo livre de efetiva escolha, gozo, fruição e criação, que não se confunde com férias ou descanso de fim de semana, mas uma conquista histórica (FRIGOTTO, 2010).

A noção de que o trabalho é uma ocupação apenas, desconectando as relações existentes a partir do trabalho, fruto de um esforço da burguesia de colocar no patamar de senso comum tal entendimento entre a massa (FRIGOTTO, 2002). Segundo Frigotto (2002), há duas classes na sociedade dita civilizada: a primeira obtém o seu sustento da sua mão de obra, do trabalho manual, onde cedo os jovens aprendem sobre atividades manuais e por isso não há necessidade de ficar por muito tempo na escola; a segunda classe, a erudita, vivem do lucro de suas propriedades e bens e estão desde jovens inclinados a busca de conhecimento, da arte, cultura, entre outros. Esse entendimento ainda está presente na sociedade, todavia, de forma disfarçada de igualdade (FRIGOTTO, 2002).

Para Frigotto (2002, p.16), ainda que envolva em concepção progressista a educação possui três principais características:

a) uma dimensão moralmente, tão ao gosto da moral burguesa, onde o trabalho aparecem como igualmente dignos, formadores do caráter e da cidadania; b) uma dimensão pedagógica, onde o trabalho aparece como uma espécie de laboratório de experimentação-aprender fazendo; c) e finalmente, uma dimensão social e econômica, onde os filhos dos trabalhadores podem autofinanciar sua educação (escolas de produção) (FRIGOTTO, 2002, p. 16).

Nesse sentido, a classe trabalhadora sempre buscou além de uma escola, um conhecimento historicamente produzido, acumulado e organizado, por isso entende-se que uma educação que vá além dos conhecimentos associado ao trabalho manual é perigoso para a hegemonia da burguesia (FRIGOTTO, 2002). O não entendimento de que as relações sociais são construídas a partir das relações de trabalho provoca desafios para a compreensão de que o Estado intervém em benefício para o capital, além de não

compreender as novas nuances de exploração e precarização do trabalho (FRIGOTTO, 2002).

Nesse sentido, para Lessard e Tradif (2008) o trabalho docente é uma ocupação bastante antiga, todavia ser compreendida como profissão ocorreu somente nas décadas passadas por pressão sindical da categoria, como descrito a seguir.

O ensino é uma das mais antigas profissões, tão antiga quanto a medicina e o direito. Realidade familiar a todos, o ensino foi durante muito tempo apresentado como vocação, um apostolado, um sacerdócio leigo; seu exercício se baseava então, antes de tudo, nas qualidades morais que o bom mestre tinha de possuir e exibir a todos aqueles que controlavam, de maneira ou outra, o seu trabalho com jovens. Durante as últimas décadas, no contexto de generalização e de massificação da educação, e por extensão do quadro da burocratização dos sistemas educativos, o sindicato docente e as associações profissionais insistiram, com razão, para que o ensino fosse reconhecido como um ofício e os docentes, na qualidade dos trabalhadores qualificados, fossem convenientemente tratados pelo seu empregador, nos planos material, social e simbólico (LESSARD E TARDIF, 2008, p.255).

É necessário que seja enfatizado que a profissionalização da categoria passou por longo processo até os moldes como é visto na atualidade, pois os profissionais da Educação lutaram por serem reconhecidos como tais. Por isso, Oliveira (2010) compreende que:

A profissionalização do magistério pode ser compreendida como um processo de construção histórica que varia com contexto socioeconômico a que está submetida, mas que, sobretudo, tem definido tipos de formação e especialização, de carreira e remuneração para um determinado grupo social que vem crescendo e consolidando-se (OLIVEIRA, 2010, p.19).

Oliveira (2010) no artigo denominado **Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil**, mostra que inicialmente a profissão docente não era visto enquanto profissão e procuravam receber o status de profissional, uma vez que o magistério era ligado a concepção de vocação e sacerdócio. No entanto, com a expansão do ensino público derivado dos direitos fundamentais e por conseguinte a norma que dava o direito a educação para todos e constituído como compromisso do Estado, o professor passou a ser um funcionário público (OLIVEIRA, 2010).

Assim, a primeira grande luta pela profissionalização do magistério esbarra no estatuto funcional que, por meio da conversão dos professores em servidores públicos e, portanto, funcionários do Estado, retira-lhe a autonomia a autocontrole sobre seu ofício (OLIVEIRA, 2010, p.19).

E a partir da reforma de 1990 em que a teoria do capital humano ganhou força na reforma administrativa estatal e se estendendo para as demais áreas da estrutura, “os professores foram considerados os principais responsáveis pelo desempenho dos alunos,

da escola e do sistema, tendo sobre si a responsabilidade pelo êxito ou fracasso dos programas”, passou a ser visto como uma peça muito importante para o desempenho dos alunos e da escola (OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Nesse contexto, essa concepção possibilitou a supervalorização da educação e pôs o professor como responsável pelo aprendizado dos alunos independente se houver problemas nas condições de trabalho, com repressões para os professores, pois o entendimento é o professor é um importante agente político, as repressões são em doses homeopáticas com objetivos específicos. (NOSELLA, 2002).

Atualmente, professor lida com frequência com a fiscalização e avaliação do seu trabalho com mensuração dos resultados através dos resultados de provas em larga escala como “Prova Brasil”, por exemplo, realizada para identificar o desempenho dos alunos da educação básica brasileira e conseqüentemente o trabalho do professor. Além do mais, a educação básica está sendo discutida por indivíduos que não detém formação específica, decorrente da ideia de que para ensinar não precisa de qualificação (OLIVEIRA, 2010).

SOBRE O CONCEITO DE ADOECIMENTO DOCENTE

Em relação ao adoecimento docente, Assunção (2010) o descreve da seguinte forma:

Diz respeito ao fato de adoecer, de apresentar uma perturbação, uma interrupção, sensação ou distúrbio de funções, sistemas ou órgãos do corpo. Expressa um conjunto de sinais e sintomas associados a qualquer processo mórbido e que formam juntos o quadro de doença que é caracterizada, no âmbito da medicina (ASSUNÇÃO, 2010, p.1).

O adoecimento docente está relacionado com condições de trabalho inadequadas que geram sofrimentos psíquico ou desgaste físico, o qual é dividido em fatores ambientais e organizacionais. Sendo que o ambiental está associado a estrutura do espaço físico, organização do trabalho e o excesso de trabalho que ganha destaque (ASSUNÇÃO, 2010).

Dessa forma, alguns fatores referentes a condição docente devem ser considerados, pois tal conceito envolve vários aspectos que dizem sobre as condições valorização da categoria em questão. Desse modo, de acordo com Oliveira (2020):

Para discutir as condições de trabalho dos professores de Educação Básica no Brasil é importante considerar um conjunto de variáveis que extrapola a situação objetiva do local de trabalho. A carreira e a remuneração, bem como as possibilidades de formação inicial e contínua, também são

fatores importantes que devem ser considerados. A relevância desses fatores ficou ainda mais evidente na situação de, conforme será demonstrado. A reunião desses fatores tem sido denominada no contexto brasileiro como valorização docente(OLIVEIRA, 2020, p.32).

A forma que o trabalho está organizado tem um impacto considerável na saúde dos trabalhadores “as investigações sobre o campo da saúde dos trabalhadores numa sociedade capitalista demarcaram uma luta para reconhecer que o trabalho adocece, mutila e deixa marcas na vida dos sujeitos” (REIS, 2014, p. 41). O agravamento do adoecimento docente está sendo associado as condições de trabalho onde a precarização e a intensificação causam esgotamento físico e mental dos docentes (REIS, 2014). segundo Isabel Reis (2014) o adoecimento docente está relacionado:

às jornadas de trabalho, salários, avaliação, regulação e, à divisão social do trabalho, à relação de números de alunos/docente, às formas de contratos e admissão no trabalho. É possível na conjuntura atual afirmar que a organização escolar vem sofrendo ajuste na forma de flexibilização da gestão, do currículo e da avaliação (REIS, 2014, p.53).

No país há um movimento de secretarias em oferecer assistência à saúde de seus profissionais, ainda que de forma tímida em alguns locais. De acordo com Izabel Reis (2014), em sua tese de Doutorado intitulado **O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém-Pará**, relata a presença de um órgão no contexto da secretaria educação de Belém, criado em 2005, chamando de Núcleo de Atendimento à Saúde do Trabalhador (NAST), responsável em assistir docentes em adoecimento decorrentes da atividade laboral.

Essa iniciativa pode ser considerada relevante, a partir dos muitos agravos relacionados à atividade realizada pelos mesmos. A existência de um núcleo de atendimento à saúde dos trabalhadores na área da educação, de maneira geral, possibilita um acompanhamento mais detalhado de como está a saúde desses trabalhadores. Apesar de em muitos casos esses núcleos serem vistos como fiscalização do trabalho, não se pode deixar de evidenciar a importância que eles têm à medida que podem adotar políticas de melhorias de condições de trabalho (REIS, 2014, p.119).

O NAST “ é uma política de saúde dos servidores públicos que atuam na área da educação, cujas ações se voltam para o acolhimento e acompanhamento desses trabalhadores, que atuam em diversos cargos e funções nas escolas da Prefeitura “ (REIS, p. 122, 2014). Nesse sentido, buscou pesquisar como ocorre essa assistência aos docentes em condições de adoecimento na escola estudada.

O DEBATE EM EVIDÊNCIA

A partir da realização das entrevistas em uma escola na zona urbana de Abaetetuba-Pa foi possível identificar a condição docente das trabalhadoras em estudo, a forma e por quais meios ou departamentos da Secretaria assiste seus profissionais. Em relação ao perfil da instituição em questão foi constatado que é responsável por várias outras escolas da zona rural em termos pedagógicos, se constituindo como escola polo de unidades educativas, e apresenta regime de comodato.

Antes de iniciar as discussões há a necessidade de esclarecer a nomenclatura “Readaptação” empregada no texto conforme o artigo 24, da Lei nº 39/91 de 13 de dezembro 1991, que dispõe sobre o Regime Jurídico de funcionários públicos de Abaetetuba, a “Readaptação é a forma de provimento, em cargo mais compatível, pelo servidor que tenha sofrido limitação em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial” (ABAETETUBA, 1991). Já a Lei nº 128/2000 de 12 de janeiro de 2000, altera termos específicos da lei anterior, acrescenta no artigo 24 as seguintes disposições:

§ 1º - A readaptação ex-officio ou a pedido, será efetivada em cargo vago, de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

§ 2º - A readaptação não acarretará diminuição ou aumento da remuneração.

§ 3º - Ressalvada a incapacidade definitiva para o serviço público, quando será aposentado, é direito do servidor renovar pedido de readaptação (ABAETETUBA, 2000).

Nesse sentido, a primeira entrevistada foi Tucumã¹, uma docente com 23 anos de profissão, concursada municipal, 64 anos de idade, formada em licenciatura plena Língua Letras Portuguesa, atualmente está lotada na sala de leitura há menos de um ano em decorrência de readaptação provocada por uma doença degenerativa e hereditária, denominada glaucoma, que acomete dores, vermelhidão e perda de visão gradativa. Vale ressaltar que já realizou diversos exames e passou por diferentes tratamentos para tentar amenizar os sintomas e melhorar a qualidade de vida, todavia os resultados não foram satisfatórios.

Relata também que o processo até o afastamento das atividades desenvolvidas no contexto da classe regular foi longo e demorado, durante o percurso passou por comissão médica da Rede Municipal para avaliação do estado de saúde por várias vezes, laudos

¹ Tendo em vista preservar a identidade das entrevistadas será utilizado nomes de duas frutas encontradas com frequência no norte do Brasil, o Tucumã e Miriti respectivamente.

foram apresentados até finalmente chegar à decisão da secretaria de afasta-la da atividade docente.

Com constância a gestão da escola protocola ofícios na Secretaria relatando a situação preocupante da docente, todavia não houve solução. Vale ressaltar que a docente foi afastada da sala de leitura (ambiente da readaptação) de forma não oficial pela gestão devido aos episódios frequentes de inflamação e vermelhidão ocular, atualmente auxilia como pode o corpo docente.

As atividades na sala de leitura são tal qual as exercidas na sala de aula, ocorre diariamente de 7h da manhã às 11h, recebendo alunos de 1º ao 5º ano para promover leitura, escrita e interpretação de textos diversos, utiliza recursos como livros infantis, quadro branco, jogos pedagógicos e atividades específicas para cada necessidade dos educandos.

A segunda entrevistada foi Miriti, tem 25 anos de docência, dentre eles 5 anos foi na Rede Estadual em forma de contrato, tem 57 anos de idade, concursada, com formação em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia Institucional com ênfase na Educação Especial e Gestão do Trabalho Pedagógico: Gestão, orientação e supervisão escolar. Apresenta o quadro clínico de Diabetes Mellitus com aplicação de insulina diariamente, além de hipertireoidismo, cardiopatia e hipertensão

Trabalhou na sala de leitura até 2022 e atualmente está como coordenadora escolar, entretanto não há recomendação médica para afastamento da sala de aula. A referida docente relata que não foi de fato readaptada na sala de leitura, mas foi realocada somente durante a pandemia para preservar a saúde, pois possuía fatores de riscos (Diabetes, cardiopatia e hipertensão).

Foi abordado a desvalorização profissional e condição docente que são fatores críticos para a classe docente, os salários são baixos e revelam o descaso com tais profissionais. Ademais, no âmbito escolar o professor contribui de forma significativa com parte da própria remuneração para garantir a realização e continuação das atividades escolares, como lanche, materiais para auxiliar no pedagógico e até mesmo reparos na estrutural no prédio escolar. Aliás, a :

A remuneração pode ser considerada a mais imediata das dimensões da valorização docente, pois é ela que de fato expressa o valor do trabalho realizado por esses profissionais. A remuneração docente no Brasil tem sido

um problema que afeta diretamente a valorização profissional dos docentes. Entretanto, a carreira e as condições de trabalho também têm sido objeto de crítica por parte dos que defendem uma escola pública de qualidade (OLIVEIRA, 2020, p. 32).

Dalila Oliveira (2020) em seu artigo **Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia**, evidencia o descaso com os salários dos professores da Educação Básica brasileira, em que demonstrou a disparidade entre a remuneração para o professor brasileiro e os países da Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, o qual o Brasil faz parte desde 2007.

Lelis (2008) em seu artigo denominado **A construção social da profissão docente no Brasil: uma rede de histórias**, aponta um relato de uma professora do Rio de Janeiro que explicita “a perda do poder aquisitivo resultante da deterioração dos salários pagos aos docentes da rede municipal chegou até a comprometer a sua existência, tornando difícil o acesso aos regimes de seguro-saúde particulares” (LELIS, 2008, p. 59).

As consequências observadas na remuneração revela a desvalorização dos docentes frente ao contexto educacional, pois a ausência de condições desse gênero compromete de maneira significativa o custeio de tratamentos a saúde das participantes da entrevista, haja vista que as medicações têm valores elevados.

Nesse aspecto foi mencionado que a falta de valor dado a profissão interfere na escolha de jovens para seguir a docência, uma vez que os problemas são inúmeros e a responsabilização sempre é do professor, ainda que faça além do prescrito na descrição de função e planos de carreira. Outrossim, Miriti verbalizou que não escolheria novamente a profissão, apesar de gostar e constantemente oferecer o melhor.

Considerando-se que as transformações do estilo de vida acabaram atingindo a subjetividade e a sociabilidade desses agentes sociais, a imagem pública dos professores e das professoras, quando comparada com a das décadas passadas, aparece como problemática, pois ao lado da representação social de pessoas pouco competentes ou pouco qualificados para o exercício da sua profissão, o imaginário social atual ainda está fundado na retórica da missão, do sacerdócio e da vocação, arquétipo que impregna fortemente a história desse grupo profissional (LELIS, 2008, p. 59)

O que é possível perceber que essas multitarefas são impostas pela necessidade diária de seguir realizado seu trabalho adequadamente, uma vez que o estado é omissor em termos de assistência às escolas em estrutura física e materiais indispensáveis a rotina

pedagógica e principalmente ao trato com seus funcionários que realizam com empenho seu trabalho apesar das dificuldades.

Em um dia normal de trabalho a professora às vezes vê às voltas com aplicação de flúor nos dentes das crianças, realizando o registro da presença dos alunos nos formulários específicos do Programa Bolsa-Escola, encaminhando-os em fila para exames oftalmológicos, prestando orientações nutricionais, atendendo a convocatória para vacinação. Tais atividades, que se apresentam como rupturas da tarefa docente diária, entrecruzam-se modificando o plano de aula (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 356).

De acordo com Assunção e Oliveira (2009, p.356), a ausência de meios para assistir a crianças de forma genérica, sendo família, Estado e sociedade, pode ocasionar ao professor intensificação do trabalho, “pois estar atento aos múltiplos sinais, incluindo o estado de saúde de criança, e desenvolver um conteúdo acarreta articular de outra maneira as dimensões afetivas, cognitivas e físicas mobilizadas no curso da ação”. Nesse sentido, “a intensificação tanto em termos qualitativos, caracterizados pelas transformações da atividade sob pressão temporal, quanto em termos quantitativos, relacionados ao aumento do volume de tarefas” (ASSUNÇÃO E OLIVEIRA, 2009, p. 354).

À medida que se tornam mais complexas as demandas às quais as escolas devem responder, também se complexificam as atividades dos docentes. Estes se encontram muitas vezes diante de situações para as quais não se sentem preparados, seja pela sua formação profissional ou mesmo por sua experiência pregressa. Quanto mais pobre e carente o contexto no qual a escola está inserida, mais demandas chegam até elas e, conseqüentemente, aos docentes. Diante da ampliação das demandas trazidas pelas políticas mais recentes, o professor é chamado a desenvolver novas competências necessárias para o pleno exercício de suas atividades docentes. O sistema espera preparo, formação e estímulo do sujeito docente para exercer o pleno domínio da sala de aula e para responder às exigências que chegam à escola no grau de diversidade que apresentam e na urgência que reclamam (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 355).

Ainda que para ser professor da educação básica a legislação brasileira exija ensino superior em educação, mais especificamente Pedagogia para os anos iniciais do Ensino Fundamental, no chão da escola é necessário que o docente exerça variadas funções de forma informal e as vezes não perceptível, como assistencial social para atender e em muitos casos provém alimentação, materiais escolar e vestimenta, psicologia para entender os fatores que interferem na aprendizagem e medico ou socorrista em casos de machucados ou problemas de saúde das crianças.

Professora Miriti esclarece que a multitarefas realizadas pelo professor é recorrente por se tratar de uma escola que atende alunos menos favorecidos, muitos casos

com problemas familiares que reverberam na sala de aula, exige do professor traquejo e o entendimento que não poderá resolver todos os problemas do alunado, mas pode dentro de suas possibilidades ajudar amenizar. Exemplifica a união dos professores e funcionários todo começo de ano letivo para arrecadar materiais escolares para os alunos que precisam e diariamente sempre estão atentos a provisão do lanche para as crianças.

A pesquisa também demonstrou que a secretaria de Educação não oferece plano de saúde aos profissionais, além de não oferecer assistência adequada para o profissional adoecido. Ademais o principal órgão responsável para tratar da questão é o setor de Recursos Humanos que se mostra de forma incompressível para as necessidades dos profissionais da educação.

Ao perguntar sobre a quantidade de profissionais da educação afastados ou readaptados por motivo de saúde na escola, menciona que há cinco profissionais em que sofrem por problemas como coluna vertebral, alergia provocada por produtos químicos no caso de atividades relacionados a limpeza e cozinha, glaucoma, parkinson, entre outros. Aqui fazendo referência a trabalhadores da escola em geral e não somente aos lotados em atividades pedagógicas.

Mesmo o adoecimento ter sido contraído por questões hereditários, a doença em si não é tratado pela Secretaria de Educação como algo que altera o cotidiano do trabalho docente, ou seja, a Secretaria deveria considerar a deficiência do trabalhador no momento da readaptação, a exemplo declarado pela professora Tucumã, relata que mesmo sendo afastada da sala regular para preservar a saúde e realocada na sala de leitura da referida unidade educacional, as atividades desenvolvidas no espaço são de certa forma semelhantes com a regência de classe antes exercida. Afirma ainda que mesmo lotada na sala de leitura as atividades diárias provocam vermelhidão e agravam a doença, que é degenerativa.

Percebe-se que a lotação de docente readaptados ocorre de forma aleatória sem considerar o histórico de saúde dos trabalhadores de forma individualizada, atentando para as dificuldades e desafios característicos de cada doença. Geralmente são realocados em salas de leituras, salas de informática, coordenação pedagógica bem como lotados na secretaria escola.

Tucumã e Miriti foram esclarecedoras durante a entrevista demonstrando seu conhecimento construído ao longo da carreira sobre os mecanismos, normativas e processos particulares a profissão docente, e especificamente aos da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba. É necessário considerar que o fato de ter vínculo empregatício por concurso público há um relato em toda a sua integralidade das situações vivenciadas no cotidiano por ambas entrevistadas, diferentemente do que ocorreria caso fossem vinculadas por contrato temporário, onde o medo por punição e perda do emprego é facilmente percebido durante pesquisas realizadas anteriormente com docentes da mesma rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa análise pautada no materialismo histórico dialético vê-se claramente uma interface entre condição docente e adoecimento docente, uma vez que não há como dissociar um conceito do outro, à medida que se visualiza uma relação entre ambos. Em que pese a origem da doença relatada pelas professoras não se dá no ambiente de trabalho, mas entende-se que a mesma se intensifica a partir da natureza da profissão por elas exercidas e conseqüentemente interfere no cotidiano do trabalho, porém a secretaria não dá o devido tratamento/aparato técnico para o trabalhador docente.

Apesar do profissional ser afastado das funções cotidianas com o intuito de preservar a saúde, é lotado em atividades semelhantes que exercia anteriormente, sendo uma contradição no que se refere a conceituação do processo de readaptação do Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais. Ademais, a secretaria não possui órgão que trate especificamente o profissional em adoecimento, bem como não há até o presente momento assistência à saúde (plano de saúde).

Ao que tange a condição docente foi observado a precariedade das condições existentes de baixos salários, ausência do poder público em algumas circunstâncias em termos de assistência, estruturas físicas e materiais insuficientes para a realização do trabalho pedagógico diário, além da desvalorização da profissão docente que afeta profundamente os profissionais da categoria.

Essa pesquisa de Trabalho de conclusão de Curso foi de extrema importância para o meu processo formativo, uma vez que relacionar a teoria e prática é fundamental para

a flexão do cotidiano e desafios do professor nas escolas públicas, principalmente das unidades educativas da rede municipal de Abaetetuba- Para, além de para analisar na concretude o adoecimento do trabalhador docente e a relação com a condição docente.

Tendo em vista que inicialmente apoiada teoricamente havia a expectativa do adoecimento ser decorrente de atividades laborais no cotidiano, durante as entrevistas e observações ficou claro que não necessariamente ocorre dessa maneira, porém outra configuração ficou evidente no que concerne ao agravamento de doenças pré-existentes em função de atividades diárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAETETUBA. Lei nº 39/91 de 13 de dezembro 1991. Institui o Regime Jurídico único dos servidores públicos civis do município de Abaetetuba. Prefeitura de Abaetetuba, PA, 13 de jan. 1991. Disponível em: <https://abaetetuba.pa.gov.br/leis.php?id=2>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ABAETETUBA. Lei nº 128/2000 de 12 de janeiro de 2000. Altera a Lei 39/91, de 13 de dezembro de 1991 em termos específicos e dá outras providências. Câmara Municipal de Abaetetuba, PA, 12 de jan. 2000. Disponível em: <https://abaetetuba.pa.gov.br/leis.php?id=3>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ASSUNÇÃO, A.A. Adoecimento. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do Trabalho e Saúde dos Professores. Campinas: Revista Educação e Sociedade, vol. 30, n.107, p. 349-372, maio/agosto, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!: A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: CARLOS, Minayo Gomes [et al]. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002.

FRIGOTTO, G.Trabalho. In:OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

LELIS, Isabel. A construção social da profissão docente no Brasil: uma rede de histórias. In: TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O ofício de professor: Histórias, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, p. 54-66.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

NOSELLA, Paollo. Trabalho e educação. In: CARLOS, Minayo Gomes [et al]. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil**. Curitiba: educar em revista Curitiba, p.17-35, 2010.

OLIVEIRA, D. A. (2020). Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. Revista USP, (127), 27-40. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p27-40>

REIS, Maria Izabel Alves dos. O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém-Pará. 2014. 215 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Educação.

SILVA, Amanda. A presença de frações da classe burguesa na educação pública brasileira e as interferências no trabalho docente. In: Magalhães, Jonas et all. **Trabalho Docente Sob Fogo Cruzado**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.